
O ESTADO CRÍTICO DA MODERNIZAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TURISMO CEARENSE

Eider Olivindo Cavalcante¹

Resumo: O presente artigo procura entender a modernização estratégica e seletiva do estado do Ceará a partir do que se denominou vetores de modernização, focalizando principalmente a (re)produção do litoral que se realiza, principalmente, por meio do turismo e da urbanização. Realidade que se explica tanto no contexto da procura de novos territórios e setores para a acumulação capitalista como também no cerne da subordinação do tempo livre e das demais relações sociais que escapavam à lógica da (re)produção das relações de produção capitalistas.

Palavras-Chave: Modernização; crise; turismo.

The critical state of modernization: an analysis from the tourism cearense

Abstract: This article seeks to understand the strategic and selective modernization of the state of Ceará from what was called modernization vectors, focusing mainly the (re)production of the coast which is carried out mainly through tourism and urbanization. Reality that explains both in the context of looking for new territories and sectors for capitalist accumulation but also at the heartwood of the subordination of free time and the others social relationships that escaped the logic of (re)production of capitalist relations of production.

Key-Words: Modernization; crisis; tourism.

INTRODUÇÃO

Uma das principais características do mundo atual, no dizer de Santos (2006, p. 185), “[...] é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos”. A internacionalização chegou a tal patamar que Aglietta e Berrebi (2007, p. 8, tradução nossa) afirmam na introdução de seu livro que a “[...] globalização deve ser vista como um sistema multilateral de interdependências, em que as potências emergentes exercem influência sobre as economias desenvolvidas”.²

O Brasil, nos últimos decênios, vem despontando nos vários ramos da economia e da política e se tornando uma *potência periférica*,³ mesmo com suas contradições, pois, com a

¹Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: eidercavalcante@hotmail.com

² “[...] la globalisation doit être perçue comme un système d'interdépendances multilatérales, où les puissances émergentes exercent une influence déterminante sur les économies développées” (AGLIETTA; BERREBI, 2007, p. 8).

³ Para Becker e Egler (1994), o Brasil já se constitui uma potência semiperiférica, numa alusão à conceituação de Immanuel Wallerstein.

DOI: 10.7154/RDG.2012.0024.0011

globalização, que Harvey (2004) chama de desenvolvimento geográfico desigual, o Estado perdeu alguns poderes tradicionais de controle da mobilidade do capital monetário e financeiro. Não obstante, ele ganha força geométrica de penetração em certos segmentos da vida político-econômica e torna-se ainda mais intervencionista do que em momentos anteriores. Nesse contexto, aumentaram as dificuldades do exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre outras potências, assim como diminuíram as dificuldades para que as potências periféricas se inserissem na concorrência capitalista.

O estado do Ceará, nessa conjuntura, vem passando, nas últimas décadas, por importantes mudanças em sua dimensão socioespacial, transformações que ocorrem principalmente em função da introdução das “novas” dinâmicas da racionalização capitalista que operam no estado, destacando-se o turismo, desenvolvido principalmente no litoral cearense, como também outros *vetores de modernização*⁴ frutos da reestruturação socioespacial capitalista, a saber: o agronegócio nos vales úmidos⁵ e a atividade industrial no Cariri Cearense, em Sobral e na Região Metropolitana de Fortaleza.⁶ Esses territórios, antes “neutros” para a acumulação capitalista, hoje são *estratégicos* e *seletivos* para a reprodução capitalista no estado do Ceará, consubstanciando-se como verdadeiros *pontos luminosos* que contrastam fortemente com a paisagem cearense predominante (LIMA, L., 2007).

Acredita-se que nos dias atuais exista uma complementaridade desses ramos e setores aqui trabalhados, engajados num projeto de criar um verdadeiro estado para negócios, inserido numa nova fase do desenvolvimentismo no estado do Ceará, relacionando todo o marketing aos negócios, ao gerenciamento empresarial, às parcerias público/privadas, aos convênios com organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

⁴ Modernização entendida não somente no sentido das transformações no âmbito econômico e político — ver Berman (1986) —, mas em todos os âmbitos da *produção social* que levam o litoral cearense a adentrar as entranhas dessa *modernidade anômala*, como diz Martins (2000).

⁵ Segundo Elias (2007), os territórios da agricultura moderna no espaço agrário do semiárido, especificamente no estado do Ceará, são os vales úmidos e seus perímetros irrigados ligados à fruticultura, formando verdadeiros agropolos que representam atualmente o carro-chefe da produção agrícola cearense. Ainda conforme Elias (2002), essa perspectiva de desenvolvimento faz com que novas áreas passem a ser incorporadas pela agricultura globalizada, cujos circuitos espaciais da produção ultrapassam os limites da região Nordeste e do País.

⁶ Destaca-se, também, o papel da atividade industrial como mais um dos vetores que impulsionam a reestruturação socioespacial capitalista no estado do Ceará. O fato, segundo Silva (2007, p. 111), é impulsionado, entre outros fatores, pelos incentivos fiscais, a partir da década de 80, calcados na ideia de maior distanciamento da capital, que fora o locus preferencial dos investimentos até aquele momento, no contexto em que “[...] os empresários vislumbravam na política de interiorização da indústria algumas vantagens, trazidas num maior distanciamento da luta sindical, redução de custos da produção e, logicamente, uma maior lucratividade”. Esse processo vem se consolidando, pois mesmo com a real concentração dos investimentos na Região Metropolitana de Fortaleza, outras particularidades do estado começam a se destacar na produção industrial, como a Região Metropolitana do Cariri, que se configura uma das regiões que mais têm interessado aos capitais hegemônicos atuantes na atividade industrial do estado, uma vez que já possuía certa tradição no ramo e hoje é considerada um dos grandes núcleos de concentração industrial no Ceará (BESERRA, 2007). Sobral, município localizado na região norte do estado, também se destaca, já dispendo, desde meados dos anos 1990, de um perfil produtivo diversificado. Todavia, com a instalação da Grendene S. A. instaura-se um novo capítulo na produção calçadista do município, ao dinamizar os componentes da economia urbana, sobretudo por contratar, em períodos de alta produção, mais de 14 mil funcionários. Sobral em pouco tempo despontou como um dos principais municípios em termos de produção calçadista do estado do Ceará (ALMEIDA, 2009).

O litoral, nosso foco de análise, tem como principal catalisador de transformação a atividade turística, que atualmente também ocupa um papel importante no conjunto de relações políticas e econômicas do Ceará, e que vem se consolidando cada vez mais no estado devido a diversos fatores, entre os quais Coriolano e Fernandes (2005) destacam: possibilidades de acesso a todo o território cearense; criação de atrativos naturais e culturais para o turista; qualidade profissional dos serviços prestados; os equipamentos turísticos; marketing.

O litoral passa a ser disputado, também, pelos agentes imobiliários, mais fortemente na década de 1990, os quais se articulam em prol de certo tipo de urbanização junto ao mar e em suas imediações. A intenção dessa mudança visa dotar esses territórios de infraestruturas físicas, ou seja, todo um aparato que fomenta a formação de um ambiente construído (HARVEY, 2004) com a instalação de calçamentos, energia elétrica, serviço de telefonia, saneamento básico e água potável, para a valorização dos territórios, com a finalidade de venda e exploração de atividades turísticas.

O Ceará, com uma extensa linha de costa de 573 km, passa por um processo de implantação de melhorias na infraestrutura viária e de serviços por meio do poder estatal e de parcerias público/privadas, que propicia a implantação dos empreendimentos imobiliários e turísticos, além de toda uma construção de “vocação turística” no imaginário cearense e da sociedade em geral (DANTAS, 2007, 2009, 2002).

Mas como entender toda essa nova realidade que se constrói no Ceará? Quais os processos que a engendraram? Quais os principais agentes transformadores? Essas questões provavelmente não serão exauridas neste artigo.

Crise, ressignifica o e moderniza o

Toda essa realidade, na perspectiva das *ordens distantes*,⁷ torna-se inteligível no contexto da busca por novos territórios e setores que antes serviam de reserva, e que tiveram importância fulcral na iniciativa de perpetua o do modo de produ o vigente diante das suas constantes crises de sobreacumula o. Essa circunstância foi ocasionada especificamente após a crise dos anos de 1970, levando   utiliza o de inúmeras estratégias na tentativa de recompor suas margens de lucro. Todavia, para poder fazer tais afirma es  

⁷ Ver em Lefebvre (2001).

necessário entender conceitualmente o que são e como desenrolam tais crises de sobreacumulação.

Desde David Ricardo, as análises apontam para uma realidade longe de ser harmônica, como pensava Adam Smith,⁸ demonstrando que havia interesses conflitantes entre as classes, o que gerava impedimentos para o crescimento e caminhava para uma situação de um *Estado Estacionário*, resultante do crescimento populacional e do cultivo de terras cada vez menos férteis. Assim, a taxa de lucro estaria reduzida a um mínimo e o sistema entraria em estagnação, gerando apenas o suficiente para repor o desgaste do capital no processo produtivo, enxergando a tendência permanente de queda nos salários (RICARDO, 1996). No entanto, o autor via no constante progresso técnico e na expansão comercial as saídas para essa estagnação.

Karl Marx, mesmo que em seus planos iniciais tivesse esboçado as crises do capital, não construiu uma teoria completa e sistematizada sobre tal questão (ROSDOLSKY, 2001). Todavia, num contexto geral de suas obras, o autor tratou da tendência da queda da taxa de lucro,⁹ formando excedentes de capital e excedentes de força de trabalho, fato que o desvaloriza, pois não se encontram maneiras de associar esses excedentes lucrativamente (HARVEY, 2005).¹⁰

Não foram poucos os pensadores engajados na sistematização de uma teoria das crises do capital, que quase sempre alegavam de modo fatalístico os limites das estratégias de retardamento de seus problemas estruturais e seu futuro desmoronamento. Contudo, no decorrer da história, o modo capitalista de produção, ao contrário do modo de produção feudal, por exemplo, conseguiu forjar novas relações sociais de produção, ou seja, reproduzir sua própria sobrevivência, mesmo diante de suas contradições.

Nesse contexto, para a teorização da investigação, lança-se mão da capacidade de *ressignificação*¹¹ do capitalismo, no cerne de sua trama social, para garantir sua própria sobrevivência. A relação diferencial do trabalho com a natureza gerou diferentes modos de produção e economias-mundos¹² em diferentes locais do globo, entretanto tais modos não tiveram uma *elasticidade* bastante para garantir sua sobrevivência. O feudalismo, mesmo sobrevivendo vários séculos, ruiu diante da insurreição do modo de produção capitalista.

⁸ O teórico imaginava que o aumento da produtividade, da divisão do trabalho e dos salários traria um aumento do bem-estar social.

⁹ Como se observa em Marx (2004).

¹⁰ Para Harvey (2008), as políticas do capitalismo são comandadas pela perpétua necessidade de encontrar terrenos lucrativos para a produção de excedentes de capitais e sua absorção rentável.

¹¹ É importante observar que não se quer apresentar o capitalismo como uma força indelével, mas destacar que, por meio de sua capacidade de resignificação, todas as predições anteriores de seu definhamento caíram por terra.

¹² Ver Braudel (1987).

Entretanto, o capitalismo, com sua capacidade de ressignificação ainda imensurável, mesmo diante de todas suas previsões de destruição, a todo momento está em mudança para garantir sua própria sobrevivência, mas, mesmo com a mudança, o trabalho abstrato e o valor ainda reinam.

Marx (2008, p. 13-14, grifo nosso), afirma que

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto relações de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais [...] A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. *As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas, e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem.* Tudo que era sólido se desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.

Segundo Lefebvre (2008, p. 116-117),

O capitalismo e a burguesia como classe atuante à escala estratégica só puderam manter o essencial das relações determinadas de produção modificando-as. A tese de uma pura e simples “re-duplicação”, de uma repetição pura e simples, de uma mera acentuação dessas relações pela ideologia e pela coação, não corresponde aos fatos, nem os explica. Houve crescimento das forças produtivas à custa da destruição de uma parte delas (da “natureza” e pelas guerras). O capitalismo se estendeu subordinando a si o que lhe preexistia: agricultura, solo e subsolo, domínio edificado e realidades urbanas de origem histórica. Do mesmo modo, ele se estendeu constituindo setores novos, comercializados, industrializados: os lazeres, a agricultura e a arte dita “moderna”, a urbanização [...] Portanto, o capitalismo só se manteve estendendo-se ao espaço inteiro [...]

Na atualidade, David Harvey, em sua vasta obra, tenta fazer uma sistematização da teoria das crises, levando em conta o que o autor denomina dialética do *interior-exterior*, pois grande parte das teorizações e até mesmo de suas críticas¹³ se consolidaram contemporaneamente, em nossa interpretação, de modo basicamente restrito às análises da dialética interna e das relações de produção, sendo estas últimas com referência somente às relações de chão de fábrica, no cerne da *subsunção real* do trabalho ao capital, na geração de *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa*, no cerne da dupla dimensionalidade da atividade produtora do *valor de uso* e *valor de troca* – o trabalho – considerada a base fundamental geradora das contradições.

¹³Ver, por exemplo, os debates que Antunes (2003) trava com os teóricos que defendem o fim da centralidade da categoria trabalho.

Por outro lado, existiram outras teorizações que acabaram por desconsiderar a dialética interna, como fizeram muitas vezes os teóricos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por exemplo, que esqueciam a esfera da produção (em sentido estrito) e levavam em conta apenas a circulação, ou seja, o comércio internacional desigual, sendo colocado, por vezes, em segundo plano o fato de a reprodução expandida do capital ser fruto da relação entre produção e circulação (GONZALEZ, 1984).¹⁴

Moreira (1999), inspirado em Henri Lefebvre, destaca a importância de uma análise indissociável na produção da fórmula valor, tanto da produção quanto da circulação, ressaltando que em determinados momentos uma se sobrepõe à outra.¹⁵

O autor afirma que

A hegemonia do capital mercantil significou o primado da esfera da circulação sobre a esfera da produção. A passagem para a hegemonia do capital industrial significou a inversão, com a esfera da produção ascendendo ao primado sobre a esfera da circulação. A presente passagem para a hegemonia do capital financeiro significa uma espécie de retorno do primado da circulação sobre a esfera da produção. Mas a forma das duas esferas e das relações entre elas hoje apresenta diferenças significativas que fazem (literalmente) a diferença, comparadas ao passado (MOREIRA, 1999, p. 49).

Nesse contexto, analisando a dialética interna, com base nas abordagens de Lefebvre, Harvey aponta três circuitos do processo de acumulação capitalista: o circuito primário, que seria o processo produtivo em si; o circuito secundário, relacionado ao investimento no ambiente construído¹⁶ e em bens de consumo; o circuito terciário, referente aos investimentos em ciência e tecnologia. Assim, em contexto de crises, em que o circuito primário não é capaz de manter de maneira solvável os níveis de lucro, o investimento no urbano é incentivado, para estimular o consumo, com uma mudança de fluxo de capital para outro circuito, de modo a fortalecer a capacidade de produção.¹⁷ Contudo, a intenção é de que o capital volte ao circuito primário.

¹⁴Ratifica-se aqui que o interesse nessa argumentação não é polemizar com as posições supracitadas, mas, de maneira introdutória, tentar contribuir para esse debate tão polêmico, no sentido de fomentar uma análise que leve em conta a dialética interna e externa da reprodução expandida do capital. Além de várias ressalvas, como para Celso Furtado, por exemplo, que segundo Silva (2010, p.7) “[...] seus estudos privilegiaram a abordagem das questões mais prementes do Nordeste com elevado teor analítico respaldado na realidade e embasado em fundamentos teóricos de vanguarda.”

¹⁵A sobreposição, ou não, será observada a partir da análise do *processo*. Não foi, portanto, por acaso que a teoria clássica da localização, que teve como principais teóricos Von Thünen, Alfred Weber e August Lösch e que fora fixada principalmente nas análises da circulação, tenha sido elaborada no auge do mercantilismo (HARVEY, 2006).

¹⁶Para Harvey (2008), a urbanização depende fortemente da mobilização de excedentes de produção numa íntima relação entre desenvolvimento do capitalismo e urbanização.

¹⁷Vide, por exemplo, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que se constitui na construção de infraestruturas, que, segundo Singer (2009), não foi feito em função da crise, mas veio a calhar, pois no contexto da crise mundial dos anos 2000 o Brasil não precisou de outro plano para enfrentar a crise.

Entretanto, as ações referentes à dialética interna são acompanhadas intimamente das ações na dialética externa, por meio de deslocamentos espaciais pela abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros territórios, ou seja, *ajustes espaciais*, os quais Harvey também denomina *ordenações espaço temporais* (HARVEY, 2005, 2006), além de ações combinadas entre a dialética interna e a externa (HARVEY, 2005).

Segundo Harvey (2005), hoje poucos aceitam a teoria do imperialismo de Rosa de Luxemburgo,¹⁸ mas sua teoria apresenta uma importante característica para a argumentação da pesquisa, teorização que aponta ter o capitalismo de dispor perpetuamente de algo fora de si mesmo, externo (dialética externa) para recuperar-se.¹⁹

Harvey (2005) vai tratar ainda da continuidade da acumulação primitiva, que, nos atuais contextos, o autor vai chamar de *acumulação por espoliação*, afirmando que as análises fixadas somente na dialética interna entendem como não mais relevantes a acumulação baseada na “[...] relação predatória e fraudulenta e na violência de uma etapa original” (HARVEY, 2005, p. 120). Para o autor, a acumulação por espoliação, no tocante ao processo de expansão geográfica do capital, se fez primordial, pois somente as indústrias não suportavam os investimentos de capital sobreacumulado, sendo necessária a espoliação de territórios virgens para a acumulação capitalista, em outras palavras, *territórios de reserva* – na perspectiva de Harvey (2005) e Robira (2005)²⁰.

Hobsbawm (1996), apresentando um cenário geral do século XX, afirma que vivemos numa era de crise que vem se desenvolvendo desde meados da década de 1970, após um período denominado *era de ouro* do capitalismo,²¹ referindo-se ao intervalo de tempo entre a segunda grande guerra e a crise dos anos de 1970, ocorrida por conta de grande *destruição*²² do chão de fábrica europeu, como também de grande parte de seu ambiente construído, abrindo um novo patamar para a acumulação capitalista²³ e gerando consumo exacerbado de meios de produção e mercadorias em sua reconstrução.²⁴

¹⁸ Harvey (1975) aponta a necessidade da busca do elo perdido entre a teoria da acumulação e a teoria do imperialismo para o entendimento da geografia da acumulação capitalista.

¹⁹ Ideia parecida é encontrada na construção teórica da conceituação de *Exército Industrial de Reserva*, que para um primeiro olhar representa a sua própria negação, pois literalmente expulsa os trabalhadores do sistema produtivo, expulsa os produtores do valor. Todavia, esse fato ocorre na iniciativa de acumulação em períodos posteriores (HARVEY, 2005).

²⁰ Harvey (2005, p. 117) usa a expressão “territórios não-capitalistas” e Robira (2005, p. 10), também trabalhando com o pensamento de Harvey, usa a conceituação de “territórios-reservas” para tratar do que a autora denomina de colonização de áreas metropolitanas.

²¹ Chesnais (1997) vai denominar esse mesmo período de *30 anos gloriosos*.

²² Lefebvre (2008), Harvey (2005) e Berman (1986) fazem uma profunda análise do papel da *autodestruição* — *autodestruição inovadora* para Berman e *destruição criativa* para Harvey — de espaços produzidos e seu papel na manutenção das taxas de acumulação.

²³ Para Lefebvre (2009, p. 144) “[...] as guerras tiveram o mesmo efeito que as crises: purgar o modo de produção dos excedentes que o entulham, restabelecer as condições de seu funcionamento”.

²⁴ Momento histórico das grandes vitórias trabalhistas, período do fordismo, do estado de bem-estar social na Europa.

Entretanto, para o referido autor, logo a demanda dos países em reconstrução acabou, e os capitalistas passaram a uma fase de superprodução, culminando com a crise da década de 1970, em que eles tinham meios de produção e mercadorias em excesso e não existia uma demanda solvável para seu consumo, o que gerava um processo de sobreacumulação (Hobsbawm, 1996; Harvey, 2005).

Nessas circunstâncias, uma série de reestruturações e flexibilizações são vivenciadas nos países desenvolvidos, como o fim do fordismo e a instauração da acumulação flexível, que se utiliza de inúmeras estratégias na tentativa de recompor suas margens de lucro, desde a flexibilização das relações de trabalho, a busca de novos setores²⁵ de acumulação, reestruturações socioespaciais e a acentuação do capital financeiro.²⁶

E onde se encontra o Brasil, o Nordeste, o Ceará e nesse contexto? Qual a contribuição de todo esse percurso teórico? Os investimentos, as reestruturações e transformações na dialética interna dos países desenvolvidos não foram suficientes para a contenção das crises, fazendo com que os investidores dessas nações agissem externamente por intermédio de *ordenações espaço temporais* na busca de novos mercados, novas capacidades produtivas, mão de obra barata, recursos naturais, incentivos fiscais, entre outras estratégias.

É nesse conjunto que vão ser encontrados alguns dos fundamentos para os vários processos de reestruturação capitalista que culminaram na circunstância de que a Europa vive hoje uma realidade pós-industrial, transferindo o chão de fábrica para países periféricos como os da América Latina, por exemplo. Tal fato contribui com alguns subsídios para o entendimento da recente industrialização do Nordeste e conseqüentemente Cearense com base nos ajustes espaciais, como também nos deslocamentos setoriais/espaciais que levaram ao surgimento de verdadeiros agropolos nos vales úmidos nordestinos, por meio de grandes transnacionais como a Del Monte, a Nolle, entre outras, como afirma Elias (1999). Contribui, ainda, para o entendimento do processo de turistificação do litoral cearense, com a construção de grandes empreendimentos hoteleiros e toda uma urbanização litorânea,

²⁵Vide o exemplo dos investimentos em outros setores, como o turismo em Nova Iorque, Paris, Londres, Barcelona, entre outras cidades que passaram por um processo de reestruturação espacial.

²⁶A acentuação e a dinamização do mercado financeiro, que na década de 1970 representou umas das soluções da crise, foi nos anos 2000 o principal catalisador da crise mundial, que teve como epicentro a crise americana das hipotecas. Kurz (1996) afirma que por meio da acentuação do capital financeiro e dos processos especulativos vai se formando uma bolha financeira de dinheiro que não existe, a qual aumenta cada vez mais, ao passo que a crise aumenta no mesmo ritmo. O autor vai ainda mais além ao afirmar que quanto mais o capitalismo se expande, se flexibiliza e se complexifica mais ele está à beira do colapso.

tanto pelos deslocamentos setoriais/espaciais quanto pela espoliação de *territórios de reserva*.²⁷

A partir dessa linha de raciocínio consegue-se tornar inteligível a presença de investimentos de grandes grupos internacionais no litoral cearense, como empreendimento Vila Galé Cumbuco e o empreendimento Aquiraz Riviera, por exemplo, ambos pertencentes a grupos portugueses, ou até o hotel Saint Tropez des Tropiques, ainda na década de oitenta²⁸, com investimento francês e voltado exclusivamente para franceses. Além de uma vultosa gama de investimentos de grupos e de investidores individuais europeus que diante da dificuldade de encontrar demandas solváveis para seus investimentos em seus países de origem decidiram investir maciçamente em novos setores da economia e em países periféricos.

Como diz Lefebvre (1973, p. 21), fora “[...] ocupando o espaço, produzindo um espaço”, que o capitalismo conseguiu sobreviver às suas crises de sobreacumulação, mesmo sem resolvê-las. Entretanto, após uma análise do processo de acumulação capitalista com base na dialética interior/exterior e no destaque da importância da articulação das esferas da produção e da circulação para o entendimento da reprodução expandida do capital, ressalta-se que o conceito de produção, em Lefebvre, ganha amplitude e supera a dicotomia entre infraestrutura e superestrutura, passando a ser entendido como “[...] produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e verdade” (LEFEBVRE, 1999, p. 37).

Crise, estado crítico e turismo

Com o gancho da amplitude com conceito de produção, Carlos (2008) destaca que se faz necessária uma análise conjunta tanto da acumulação quanto da (re)produção das relações sociais de produção, num contexto em que a *rotina do controle fabril* recobriu a vida cotidiana da sociedade, referindo-se ao que Lefebvre denomina sociedade burocrática do consumo dirigido.²⁹ Segundo Lefebvre (1973), a (re)produção das relações sociais de produção, que não se trata somente de uma mera repetição de relações anteriormente estabelecidas, mas resultado de um leque de “novas” estratégias engendradas para a manutenção da realização do capital, mesmo com suas contradições.

²⁷ Para Carlos (2001, p. 179) “[...] o capital, circulante por excelência, migra sempre para setores mais produtivos da sociedade, generalizando uma mobilização frenética no espaço, num jogo de valorização/desvalorização/revalorização”.

²⁸ Para Dantas (2006, p. 251), “os anos 1970 simbolizam um movimento importante de transformação e incorporação do litoral cearense à sociedade de consumo, mas é na segunda metade dos anos 1980 que este processo se intensifica”.

²⁹ Nas palavras de Jappe (2008, p. 38), “[...] o alargamento da reificação para fora da esfera do trabalho”.

Assim, “[...] não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações; não há aqui um processo puramente repetitivo” (LEFEBVRE, 1973, p. 11).³⁰ No decorrer do tempo, essa nova racionalidade, fomentada pela crise de sobreacumulação do capital e pelo conseqüente processo de reestruturação produtiva, intensificou a busca por novos setores e territórios de produção, de exploração e de dominação, como o lazer, a vida cotidiana, o conhecimento e a arte, a urbanização (LEFEBVRE, 2001).

Damiani (Mimeo, p. 2) fala da abrangência organizacional capitalista “[...] envolvendo os vários âmbitos da vida social, já não mais somente do trabalho”. Em outras palavras, a incorporação produtiva da atividade humana extrapolou o tempo destinado ao trabalho, expandindo-se ao ócio, ao lazer, à vida cotidiana, a fim de (re)produzir as relações sociais de produção capitalista.

Segundo Damiani (1993, p. 10, grifo nosso),

O crescimento industrial, o desenvolvimento da técnica, entrevendo a produtividade sem limites; a importância do ócio, o controle não só da demanda solvável, mas dos desejos e necessidades dos consumidores, por parte dos que organizam a produção (destaque à publicidade, à ideologia do consumo); os limites da racionalidade burocrática, organizando o consumo, assentada no cotidiano, são algumas leituras desse processo, que criam designações, tais como: sociedade industrial, sociedade técnica, sociedade do ócio, sociedade do consumo, sociedade burocrática do consumo dirigido, nascidas ou difundidas, já no início da segunda metade do século XX.

Adorno (2002) afirma que o tempo livre segue em direção contrária a de seu próprio conceito, tornando-se paródia dele. A própria necessidade de liberdade é funcionalizada e reproduzida pelo comércio, afirmando ainda o caráter coercitivo da liberdade organizada. Debord (1997, p. 22) destaca que a inatividade, ou seja, o tempo livre, não está livre da atividade produtora, estando numa relação de “[...] submissão inquieta e admirativa às necessidades e os resultados da produção; a própria inatividade é um produto da racionalidade da produção”.

Damiani (Mimeo, p. 2) destaca ainda que “[...] as conquistas históricas do trabalho referentes ao aumento do tempo livre, ao desenvolvimento das comunicações e dos transportes, ao desenvolvimento do fenômeno urbano e do consumo, consubstanciam-se na deterioração das cidades e da vida urbana e na constituição da cotidianidade”.

³⁰ Cruz (2007, p. 9) também se dedica a esse debate afirmando que “[...] é preciso lembrar que não há reprodução que não seja, também, produção”.

Em períodos históricos pretéritos, o pão, ou melhor, sua escassez, era tópico dos principais debates.³¹ Todavia, na modernidade, vive-se a abundância aparente, como diz Martins (2000). Lefebvre (2004) afirma que o espaço, o tempo³² e o desejo³³ são as novas raridades do mundo moderno, que passam a ser controladas pelo consumo e a ele dirigidas; em outras palavras, a própria vida passa a ser mercantilizada.³⁴

Segundo Damiani (1993, p. 11),

O espaço, o tempo, o urbano, o cotidiano, são colonizados, atingidos, metamorfoseados. Consolidam-se a ideia de espaço homogêneo – sujeito a compra e venda –, fragmentado – funcionalizado – e hierarquizado; a concepção de espaço linear – o do relógio, o do trabalho abstrato, invadindo o vivido; a concepção dos tempos cooptados – o tempo livre à televisão, à indústria do turismo[...] Recriam-se novos conflitos, novas contradições.

Nessa perspectiva, abre-se caminho para integrar ao conceito de crise – muitas vezes levantado num sentido economicista – a conceituação de *estado crítico*, pois na atual conjuntura, “[...] ele não surge mais no plano econômico, mas concerne à sociedade inteira” (LEFEBVRE, 2009, p. 148).

Para Lefebvre (2009, p. 145), o estado crítico “[...] tem sua origem e, sobretudo, seus efeitos não nas organizações ou instituições, mas nas relações que sustentam essas instituições: a família, a escola, as relações entre as pessoas, os ‘valores’, as ‘normas’, as ‘ideologias’. Esmagada, encurralada entre o político e o econômico, essa vasta região sofre de um mal crônico”.

Nesse entendimento, tem-se a inserção do litoral cearense promovida pelo turismo e pela urbanização, na cadeia produtiva, tanto no contexto da espoliação de novos territórios e setores para a acumulação capitalista quanto no cerne da captura do ócio e das demais relações sociais que passam a se (re)produzir em prol da (re)produção das relações capitalistas de produção.³⁵ Especificamente tratando do litoral cearense, destaca-se que nessa sociedade encurralada entre o político e o econômico, os próprios desejos dos turistas

³¹No final do século XVIII e início do século XIX, vivia-se a era da escassez, contexto que propiciava vários debates travados principalmente entre Thomas Malthus, com seu conceito de superpopulação, e Marx com o conceito de superpopulação relativa (DAMIANI, 2001).

³²Debord (1997), fazendo analogia à expropriação violenta dos meios de produção dos camponeses e dos artesãos, no tempo de Marx, afirma que para a instauração do tempo-mercadoria a condição prévia foi a expropriação violenta do tempo. Ver também Jappe (2008).

³³O próprio Harvey (2004) trata da produção de novas necessidades que definem estilos de vida e hábitos de consumo diferenciados como recursos importantes para evitar e superar as crises.

³⁴Para Debord (1997, p. 10 – grifos originais) a vida se tornou espetáculo, que nada mais é que “a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, isto é, social, como simples aparência [...] como a negação visível da vida; como uma negação da vida que se tornou visível”.

³⁵Não se trata da crítica do ócio *per se*, mas de sua captura e subordinação às relações de produção.

são *controlados* e os destinos predeterminados e *estilhaçados*³⁶ numa série de roteiros e city tours.

Esse litoral, na história da humanidade, nem sempre foi visto com bons olhos pela sociedade e inicia sua valorização, não ligado às regras ou aos ditames capitalistas,³⁷ estando precisamente influenciado pelas práticas terapêuticas dos banhos de mar na Europa e pelo “bem respirar” dos ares litorâneos, propriamente no litoral nordestino.

Dantas (2009, p. 21) afirma que “[...] a produção de formas e a geração de fluxos dirigidos para o litoral são, concomitantemente, resultado da emergência de valores, hábitos e costumes que transformam o mar, o território do vazio [...] e do medo [...] em espaço atraente para a sociedade contemporânea”. O autor destaca, ainda, que a mudança de atitudes da sociedade local em relação ao litoral veio em consonância com a racionalidade higienista e a descoberta das benesses dos banhos de mar, e com a arte elitista de morar na praia ocasional ou permanentemente. No entanto, essa valorização, de certa forma espontânea, é capturada, assim como o ócio, para a garantia de perpetuação da (re)produção das relações de produção.

Segundo Lefebvre (Mimeo, p. 2, grifo nosso),

O espaço produzido pelo Estado deve dizer-se político, com características próprias e metas específicas. Ele reorganiza as atribuições (sociais de produção) em função do *suporte* espacial; ele reencontra e choca o espaço econômico preexistente: *polos de crescimento espontâneos*, cidades históricas, comercialização do espaço fracionado e vendido em lotes, etc.

Contudo, o espaço local cearense não é somente fruto de determinações externas, existindo, também, condicionantes de menor escala que se relacionam dialeticamente com condicionantes globais, principalmente no contexto iniciado nos anos sessenta, com o chamado “Governo dos Coronéis”,³⁸ e consolidado a partir de 1987, com o denominado “Governo das Mudanças”. Segundo Quintiliano e Lima (2008), a atuação do dito “Governo das Mudanças” caracterizou-se como prática rígida do receituário da modernidade atual, fazendo alusão ao que Santos (1999) denominou *guerra dos lugares*, de acordo com a configuração territorial e as contrapartidas de cada estado³⁹ para absorver em seus

³⁶ Ver Lefebvre (2008).

³⁷ Peron (1996), Corbin (1989), Dantas (2009), Diegues (1995) e Madruga (1992) tratam dos medos, das repulsas e lendas, presentes no imaginário da maioria das sociedades, os quais acabavam por afastar o litoral das práticas sociais, ficando o local restrito apenas às práticas portuárias e de defesa.

³⁸ Segundo Oliveira (1985), o estado mais coronelista do Nordeste é o Estado do Ceará.

³⁹ Dantas (2009) fala da descentralização do poder estatal, pois em períodos como os da atividade da SUDENE a hierarquia e a centralização do poder estatal eram avassaladoras; todavia, em projetos recentes, como o **Programa** de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR),

territórios os mais diversos ramos de atividades, podendo visualizar o papel fundamental do estado no atual estágio do processo de reestruturação capitalista no estado do Ceará.⁴⁰

Segundo Silva (2009, p. 6), a busca do desenvolvimento tem marcado a saga nordestina, persistindo a “[...] competição para atrair indústrias, o turismo e todas as atividades que envolvem esse setor, tendo em vista renovar as tradicionais técnicas remanescentes no mundo rural”.⁴¹ Trata-se de uma saga viva nos discursos, programas e projetos estatais, ainda trazendo discursos de integração, modernização e desenvolvimento regional (vide a recriação da SUDENE em 2005), consistindo em intentos reais em decênios passados, mas já descontextualizados nos dias correntes (SILVA, 2009).

Segundo Benevides (1998), inspirado em Cazes, o investimento na atividade turística é a alternativa decisiva, isto é, um último recurso face às desilusões dos investimentos em outros setores. Todavia, Dantas (2009) destaca que desde meados da década de 1950, com a criação da SUDENE, o carro-chefe do desenvolvimentismo nordestino é a atividade industrial, deixando para o segundo plano o investimento e os incentivos para outros setores da economia. Somente no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 é que se consolidam os planos para o turismo e para a agricultura científica.

O estado do Rio Grande do Norte, com o poder político nas mãos da oligarquia algodoeira/pecuarista, foi um dos primeiros estados do Nordeste a investir no agronegócio. O estado do Ceará – que vivenciou o declínio do poder da oligarquia algodoeira/pecuarista e a hegemonia dos empresários urbanos (1987) – foi um dos primeiros estados do Nordeste a criar todo um programa de desenvolvimento do turismo, no contexto da criação, em 1989, do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Cearense (PRODETURIS),⁴² o qual serviu como subsídio para a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), em 1991, de iniciativa do Governo Federal (DANTAS, 2009; BENEVIDES, 2003; COROLANO, 2004).⁴³

A partir do “Governo das Mudanças”, o turismo passou a ser concebido como “[...] instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural e não como um eventual e

observa-se o importante papel dos estados da federação no andamento e na consolidação das atividades propostas, principalmente da captação de recursos.

⁴⁰ Convém salientar que essa modernização do Estado do Ceará não chega para ele em sua totalidade, mas somente em espaços *hierarquicamente* selecionados no jogo da divisão territorial do trabalho.

⁴¹ Martins (2000, p. 18), ao falar dessa saga pelo desenvolvimento, afirma que essa modernidade anômala e inconclusa “[...] tornou-se entre nós quase um cacoete de país subdesenvolvido na era da globalização”.

⁴² Antes do PRODETURIS, vai-se ter ainda o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará (PDIT\CE), em 1987, no governo Virgílio Távora. Todavia, segundo Coriolano (2004), esse programa tinha um caráter mais de diagnóstico do que de ação, que contribuía para a primeira regionalização do Ceará para o turismo.

⁴³ Os primeiros ensaios de políticas para o turismo no Nordeste se deram no Estado da Bahia, nos anos 50, ficando vinculadas como uma das variáveis do Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) (MATTEDI, 1999; BENEVIDES, 1998).

improvisado expediente de exploração de alguns itens e potencialidades do setor” (CEARÁ, 1987, p. 28). Conforme Coriolano (2004), o turismo, com base nessa concepção, foi ganhando importância econômica, sendo considerado um dos principais vetores de modernização do Ceará.

Ainda de acordo com Coriolano (2004), o primeiro momento das ações do governo das mudanças, além da recuperação das finanças estaduais e da busca de grandes financiamentos, foi a mudança da imagem do estado. Dito diferentemente, o investimento em marketing – city marketing – para a construção de uma *nova imagem do Ceará*, não mais caracterizado pelos flagelos da seca e pela pobreza estrutural,⁴⁴ mas com a imagem de que o “Ceará é um bom negócio”, voltado aos grandes projetos de captação de recursos e investimentos, à livre iniciativa e à catalisação dos vetores de modernização. E especificamente para a questão do turismo é vendida a imagem da “vocação turística”,⁴⁵ com workshops,⁴⁶ propagandas, filmes, eventos, revistas especializadas, conferências e novelas,⁴⁷ que destacam as amenidades naturais e socialmente construídas para o deleite do turista, principalmente voltadas para o sol e o mar (DANTAS, 2002; BENEVIDES, 1998; ARAGÃO, 2005).⁴⁸

Menciona-se também a cria o da Secretaria de Turismo do Ceará, que antes era a Companhia do Desenvolvimento Industrial e turístico do Ceará (CODITUR), que, segundo Coriolano (2004, p. 133), “[...] deu ao turismo um grande destaque no estado, por ser baseada na competência e dinâmica, que tornaram essa secretaria uma das mais importantes e atuantes, fazendo as outras orbitarem em seu núcleo”.

A política para o turismo no Ceará, que segundo Coriolano e Fernandes (2007), encontra-se numa fase madura, consolida-se com a cria o do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Ceará (PRODETUR – CE), além de voltar-se para o litoral, pois, segundo Benevides (1998), as a o es estatais de valoriza o do turismo estavam fora dos roteiros do sol, associados principalmente   constru o e reforma de equipamentos pontuais como: a

⁴⁴ Imagem que mascarava toda uma realidade a qual Oliveira (1985) chamou de *indústria da seca*, estando ligada principalmente   estrutura fundiária concentrada, a uma base técnica rudimentar e a uma oligarquia reacionária e conservadora, determinantes para as rela o es e para os regimes de explora o do solo.

⁴⁵ Benevides (1998), inspirando-se em Remy Knafou, afirma que, ao contrário de uma voca o natural, a turistifica o dos lugares   oriunda da instala o de infraestruturas e da produ o de novas imagens sobre esses lugares.

⁴⁶ Coriolano e Fernandes (2007) destacam os principais eventos nacionais e internacionais em que a imagem do Ceará estava representada, como: Bolsa de Turismo de Lisboa – BTL, Feira Internacional de Turismo da América Latina – FIT, Feira Internacional de Turismo de Madrid – FITUR, Bolsa Internacional de Turismo de Berlim – ITB, Bolsa Internacional de Turismo de Milão – BIT, entre outros.

⁴⁷ De acordo com Dantas (2002), as novelas “Final Feliz”, “Tropicaliente” e “Meu bem-querer”.

⁴⁸   importante a análise do imaginário social, pois   imprescindível uma *media o* entre o espaço social e o espaço mental (LELEFEBVRE, 2006). Ver também Lefebvre (1991).

Empresa Cearense de Turismo, museus, teatros, centro de convenções, teleférico em Ubajara, entre outros.

Nessas condições, para Bernal (2004), o PRODETUR – NE foi aplicado no início dos anos de 1990 na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte na intenção de apontar para a possibilidade de fortalecimento do estado local (governos locais – estaduais), com indicação de projetos próprios, definidores de suas ações estratégicas e áreas prioritárias. O estado do Ceará, especificamente com o PRODETUR – CE, passa a captar recursos nacionais e estrangeiros, com o intuito de suscitar o desenvolvimento da atividade turística, principalmente a internacional.

Segundo o BNB (2005, p. 5), o objetivo básico do PRODETUR é

[...] contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil por meio do desenvolvimento da atividade turística. Especificamente, o Programa contemplou iniciativas do setor público em infraestrutura básica e desenvolvimento institucional voltadas tanto para a melhoria das condições de vida das populações beneficiadas quanto para a atração de investimentos do setor privado ligados ao turismo.

A área escolhida no estado do Ceará para a implementação do PRODETUR foi o denominado “Polo Ceará Costa do Sol” (Litoral Oeste/Região Turística I) escolhido, entre outros fatores, por uma certa subutilização de suas potencialidades econômicas, que a tornou menos assediada pela ocupação e pela especulação imobiliária, diferentemente do que ocorreu no litoral leste (Costa do Sol Nascente/Região Turística III) com cidades como Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Fortim e Aracati, as quais além de ser mais bem servidas de infraestruturas, eram bastante assediadas pelos especuladores imobiliários⁴⁹.

As ações do PRODETUR I foram pautadas principalmente na construção de infraestruturas, como a construção e ampliação de rodovias de acesso às praias, como, também, a ampliação e implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; na implementação de projetos ambientais, na recuperação do patrimônio histórico e no apoio institucional aos municípios. Em outras palavras, como destaca Araújo E. (2009), o papel principal do PRODETUR foi construir uma infraestrutura primária para as práticas do turismo. A primeira etapa do programa foi concluída em 2004 e no ano de 2005, devido a uma série de problemáticas não resolvidas, inicia-se o PRODETUR II, abrangendo mais municípios e

⁴⁹Conforme Coriolano (2004), uma das várias explicações da baixa densidade de investimentos no litoral oeste seria o não favorecimento das vias de acessos, pois o litoral leste seria servido pela BR-116 e pela CE-34, todavia a BR-222, que liga o Ceará ao Piauí e poderia atender o litoral oeste, fica muito longe da costa.

vindo, segundo Coriolano (2004), para complementar e completar o PRODETUR I. E em outubro de 2009 é iniciado o PRODETUR NACIONAL, que no Ceará visa contemplar algumas áreas que não foram beneficiadas anteriormente pelo programa.

Segundo Cruz (2007, p. 34),

[...] no mundo das redes, o Estado desempenha papel fundamental. De um lado, pela implementação no território de uma ampla gama de sistemas de engenharia (redes de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, de transmissão de energia elétrica, estradas, etc.) necessários, inclusive, à propagação das redes de um modo geral. De outro, sendo ele mesmo indutor da criação de redes de lugares, como é o caso brasileiro e de suas políticas públicas de turismo.

Essa gama de investimentos em infraestrutura a partir das políticas públicas de turismo, voltando a tratar das reestruturações, além de prestar reforço ao desenvolvimento dessa atividade econômica que tem se explorado com mais vigor nos últimos decênios, apresenta, assim com o PAC destacado anteriormente, uma grande força de mobilização de investimentos, sendo mais um subsídio que está possibilitando o Brasil a sair, ao menos nesse momento, pela tangente dessa tão alardeada crise econômica mundial. Todavia, o atual estágio do processo modernização, ao mesmo tempo, encurrala a sociedade entre o político e o econômico subordinando as relações sociais que escapavam à lógica da (re)produção das relações de produção capitalistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Ceará vem passando, nas últimas décadas, por importantes mudanças em sua dimensão socioespacial, transformações que ocorrem principalmente em função da introdução de “novas” dinâmicas da racionalização capitalista no estado, destacando-se, no presente artigo, a (re)produção do litoral que se realiza, principalmente, por meio do turismo e da urbanização. Realidade que se explica tanto no contexto da procura de novos territórios e setores para a acumulação capitalista como também no cerne da subordinação do tempo livre e das demais relações sociais que escapavam à lógica da (re)produção das relações de produção capitalistas.

Contudo, acredita-se ser necessária a superação dessa ideologia do crescimento meramente econômico e quantitativo, o que Lefebvre (1972, p. 12, grifo nosso) vai chamar de “objetivo racional do *crescimento* indefinido”. Um crescimento divorciado do *desenvolvimento*

(qualitativo), que abstratamente procura homogeneizar as relações sociais existentes, transformando-as em relações contábeis a partir da lógica da equivalência e convertendo-as em mercadorias.

O ponto central da argumentação do *estado crítico* é justamente a objetivação do crescimento indefinido que, ao invés de criar e enriquecer as relações sociais, subtrai suas qualidades e diferenças, subjugando a sociabilidade como um todo, em que todas as dimensões da vida são encurraladas entre o político e o econômico. Lefebvre (1972), com o objetivo de acabar com a indiferença entre crescimento e desenvolvimento, afirma que este último requer, também, o enriquecimento das relações sociais, a criação de valores, os modos de vida, os estilos — criação de *diferenças*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e sociedade. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.

AGLIETTA, Michel; BERREBI, Laurent. Introduction générale. In: Désordres dans le capitalisme mondial. Paris: Odile Jacob, 2007. p. 7-10.

ALMEIDA, Diego Gadelha. Indústria e Reestruturação Sócio-Espacial: a Inserção de Sobral (CE) na Divisão da Produção Calçadista. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 2003.

ARAGÃO, Raimundo Freitas. Das práticas marítimas modernas à elaboração da imagem turística de Fortaleza/Ceará. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio-Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ARAÚJO, Enos Feitosa de. O Turismo na Metrópole: as implicações espaciais no Litoral de Caucaia-Ce. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Relatório final do PRODETUR NE. Brasília, 2005. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf>

Acesso em: 05 out. 2010.

BECKER, Berta K.; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Turismo e o Prodetur: Dimensões e olhares em parceria. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

_____. A Política de Turismo no Ceará e a Capacitação. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 14, p. 31-44, 2003.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BESERRA, Fábio Ricardo. Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na Região do Cariri – CE. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

BRAUDEL, Fernand. A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

_____. De la “geografía de la acumulación” a la “geografía de la reproducción”: un diálogo con Harvey. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica: Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

CEARÁ. Plano de Mudanças: juntos mudando o Ceará – 1987/1990. Fortaleza: Secretaria de Planejamento, 1987.

CHESNAIS, François. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. Folha de São Paulo, p. 4, 2 nov. 1997.

CORBIN, Alain. O território do vazio – a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Turismo, Territórios e Sujeitos nos Discursos e Práticas Políticas. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – NPGeo, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2004.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; FERNANDES; Laura Mary M. Turismo: Ações e contradições da Realidade Cearense. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). Ceará: um novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 399-407.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. A cidade (des)ordenada. Concepção e cotidiano no Conjunto Itaquera I. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. População e Geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Cotidiano e Turismo. (Mimeo, s/d)

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Mar à Vista. Estudo da Maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

_____. “Litoralização” do Ceará: Fortaleza, da “Capital do Sertão” a “Cidade do Sol”. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (Org.). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão gráfica, 2006. p. 245-252.

_____. O Pescador na Terra. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). Ceará: um novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 15-27.

_____. Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

ELIAS, Denise. A Atividade Agropecuária do Estado do Ceará no Contexto da Globalização. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). Ceará: Enfoques Geográficos. Fortaleza: Funece, 1999. p. 43-72.

_____. A Integração Competitiva do Semi-árido Cearense. In: ELIAS, Denise; SAMPAIO, José Levi Furtado (org.). Modernização Excludente. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. p. 11-36.

_____. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderlei Correia (org.). Ceará: um novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 429-461.

GONZÁLEZ, Horácio. O que é Subdesenvolvimento. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

HARVEY, David. The Geography of Capitalist Accumulation: A Reconstruction of the Marxian Theory. Antipode, v. 7, n. 2, p. 9-21, 1975.

_____. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Anablume, 2006.

_____. The Right to the City. New Left Review, Londres, v. 53, p. 23-40, 2008.

HOBBSBAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX – 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JAPPE, Anselm. Guy Debord. Lisboa: Antígona, 2008.

KURZ, Robert. O colapso da modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEFEBVRE, Henri. A reprodução das relações de produção. Porto: Escorpião, 1973.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

_____. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. A revolução urbana. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2004.

_____. A produção do espaço. Trad. Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea. Do núcleo de Geografia urbana da UFMG (Do original: La production de l' espace, 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão início de 2006.

_____. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

_____. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 25, p. 138-152, 2009.

_____. O Espaço e o Estado. In : LEFEBVRE, Henri. De l'État. Tome VI. Paris: Union Générale d'Édition, 1976. p. 259-324. Tradutor e ano da tradução desconhecidos. (Mimeo, s/d)

LIMA, Luis Cruz. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuária às estradas virtuais. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderlei Correia (Org.). Ceará: um novo Olhar Geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 33-50.

MADRUGA, Antônio Moacyr. Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O capital. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Expressão popular: São Paulo, 2008.

MATTEDI, Maria Raquel Mattoso. Planejamento e gestão do turismo e meio ambiente na Bahia. Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-21, 1999.

MOREIRA, Ruy. A Diferença e a Geografia – O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. In: GEOgraphia, Niterói, v. 1, n. 1, p. 41-58, 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PERON, Françoise. De La maritimité. In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean. La Maritimité Aujourd'Hui. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996. p. 13-27.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. Reestruturação socioespacial do Ceará: ações do Estado. Fortaleza: Eduece, 2008.

RICARDO, David. Sobre os Salários. In: RICARDO, David. Princípios de Economia Política e Tributação. Nova Cultural, 1996. p. 93-107.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani. Alessandri, CARRERAS, Charles (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, José Borzacchiello. A região metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderlei Correia (Org.). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007. p. 15-24.

_____. Adeus SUDENE, que saudade de Celso Furtado! MERCATOR, Fortaleza, v. 16, n. 17, p. 25-32, 2009.

SINGER, Paul. Impacto da crise no Brasil é "brutal". Terra magazine, 2009. Disponível em:<<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3609755-EI6579,00-Paul+Singer+Impacto+da+crise+no+Brasil+e+brutal.html> >. Acesso em: 21 jan. 2010.

Artigo recebido em 28/08/2012.

Artigo aceito em 26/09/2012.